

## 7. CONCLUSÕES

As considerações de ordem teórica e metodológica e a variada informação recolhida no seio de explorações agrícolas de base familiar do concelho de Loulé, permitem delinear algumas reflexões finais.

Independentemente da localização das explorações, a história destas unidades nos últimos decénios é a história da respectiva integração mercantil, mais ou menos acabada. O quadro das estruturas agrárias algarvias e o balanço dos recursos das explorações agrícolas estudadas confirmam essa tendência.

Importa relembrar e sublinhar alguns dos traços principais da evolução recente da sociedade algarvia, a qual condicionou a "modernização" dos sistemas agrários.

### 7.1 O ALGARVE, TERRITÓRIO "DEVASSADO" PELO TURISMO

O padrão organizativo do território algarvio sofreu, nos últimos trinta anos, profundas alterações. O surto que se verificou no sector do turismo foi provocado pelas mudanças dos hábitos da população dos países desenvolvidos (lazer e férias) e pelo aumento de um turismo marcadamente orientado para o usufruto do sol e da praia. No Algarve, após a "invasão" de ingleses e, posteriormente, de alemães, com reflexos maiores na Praia da Rocha (anos 50) e em Albufeira (anos 60), assistiu-se, sobretudo a partir do final dos anos 60, a um aumento crescente dos fluxos diferenciados de estrangeiros, largamente facilitado pela melhora das acessibilidades regionais. O Aeroporto de Faro foi inaugurado em 1965, a via rodoviária de S. Marcos da Serra, principal acesso ao Algarve, é finalmente rasgada, já nos anos 70, depois de ter sido

bloqueada, durante anos, pelo caminho de ferro, e, recentemente, a abertura da ponte do Guadiana veio facilitar a circulação entre o território algarvio e a Andaluzia, abolindo o lendário *ferry boat*.

O forte investimento que se fez sentir no Litoral, orientado para infraestruturas ligadas ao turismo e exigidas por uma população flutuante, que atinge, no Verão, valores três a quatro vezes superiores à população residente, fez com que se criassem aqui melhores condições de vida em prejuízo do interior do Algarve. É um dos efeitos inerentes ao planeamento de base funcional, em oposição ao planeamento de base territorial. Com aquele, reforçam-se as tendências e agravam-se as disparidades. O método é claro: se, numa determinada região, há grandes densidades populacionais que provocam grandes exigências em infraestruturas de todo o tipo, é aí que se deverá investir; como é aí que se investe, é aí, também, que se criam condições mais atractivas e que se fixa uma população cada vez mais numerosa. Cria-se, deste modo, um ciclo vicioso, que só iniciativas corajosas e arojadas poderão romper, se a situação não se tornar, entretanto, irreversível.

O reforço regional do sistema de ensino<sup>1</sup> impediu, finalmente, a emigração de muitos jovens e criou condições atractivas para a fixação de população. O Algarve foi a última região a ter ensino preparatório ou secundário em praticamente todos os seus concelhos (ainda há um que não tem). No início dos anos 80 só existiam estabelecimentos de ensino secundário em oito dos seus dezasseis concelhos.

Ao longo do decénio de 80, o Algarve mostrou ser a região portuguesa com maior grau de atracção, em termos de fixação de população e de emprego gerado, não obstante o traço de sazonalidade que afecta as principais actividades económicas.

A agricultura, tradicionalmente o sector que respondia por quase metade do produto gerado na região, estabilizou, desde o final dos anos 70, em cerca de 10% do VAB da região. Em termos reais, a produção bruta conservou o seu valor entre 1978 e 1988, muito embora os gastos com os consumos intermédios tenham registado um aumento relativo substancial (de 28% da Produção Bruta, em 1978, para 56%, em 1988).

---

<sup>1</sup> Note-se que o Algarve foi a última NUT II portuguesa a ter ensino superior.

A integração mercantil avançou a passos largos ao longo do último decénio. Para isso, as explorações agrícolas beneficiaram de importantes possibilidades de investimento, principalmente a partir de 1986, devido à adesão de Portugal à CEE, aos mecanismos da PAC e às possibilidades específicas abertas à agricultura portuguesa (PEDAP).

Os sistemas agrários abrangidos pelo presente estudo inserem-se nas principais áreas agrícolas do Algarve, englobando as produções regionalmente mais importantes: frutos frescos, sobretudo citrinos, hortícolas, frutos secos, azeitona e azeite, cereais e gado. Ficaram de fora três outros sistemas que também têm expressão no panorama algarvio: Litoral ocidental (gado para carne e forragem), Serra de Monchique (suinicultura e floresta) e áreas de montado de sobro. O planalto de Alcoutim, região demaiores amplitudes térmicas e com elevado número de horas de frio por ano, pode bem ser identificado com a exploração da Serra que foi seleccionada.

## 7.2 ESTRUTURAS AGRÁRIAS REGIONALMENTE MAIS DIFERENCIADAS

O último recenseamento agrícola (1989) foi o instrumento privilegiado para tentar caracterizar a estrutura agrária do Algarve.

Recorde-se a dificuldade encontrada na comparabilidade das informações fornecidas por este recenseamento com as proporcionadas por operações censitárias idênticas, nomeadamente pelo RAC/79<sup>2</sup>. A análise da evolução das estruturas agrárias por classes de área ficou sem sentido, uma vez que a informação disponível, publicada e não publicada, apresenta aquela classificação baseada em padrões diferentes (classes de área agroflorestal, em 1979, e classes de superfície agrícola utilizada, em 1989).

As principais orientações técnico-económicas vão no sentido de um reforço, no Litoral e, ainda, na faixa contígua do Barrocal, das culturas permanentes, o que traduz um esforço de investimento e de valorização do capital fundiário destas sub-regiões. Paralelamente, o pomar de sequeiro, integrando as espécies arborícolas tradicionais (alfarrobeira, amendoeira e figueira) entrou em profunda letargia, a que não foi alheia a

---

<sup>2</sup> Recenseamento Agrícola do Continente, 1979.

ausência de adequado critério regional nas condições de elegibilidade de alguns sub-programas de apoio à agricultura portuguesa, não obstante a evidente especificidade dos melhoramentos exigidos em parte substancial do território algarvio devido, principalmente, à pedregosidade. No Barrocal e Beira-Serra, o aumento da área ocupada com culturas permanentes fez-se ainda sentir através, sobretudo, da implantação de pomares de citrinos, enquanto que na Serra essa orientação não teve qualquer expressão. Na sub-região serrana a actividade predominante concentrou-se na orientação pecuária, devido, não só aos aliciantes subsídios transferidos no âmbito da política agrícola, mas também à queda dos preços reais dos cereais. A produção cerealífera restringiu-se a uma participação na opção pecuária, basicamente produzindo grão e palha para fins forrageiros, reduzindo, deste modo, a dependência desta opção em relação ao mercado.

Prestou grande atenção à caracterização da população agrícola familiar.

Os produtores autónomos do Algarve representavam, em 1989, 95% do conjunto das explorações, situação semelhante à que se observava a nível nacional. A área correspondente a estas explorações cobria 80% da área agrícola, enquanto no conjunto do país esse valor descia drasticamente: apenas atingiu 58% da área total das explorações agrícolas.

Um dos aspectos principais da população agrícola familiar (cerca de 70 mil pessoas, no Algarve<sup>3</sup>, das quais 14.000 em Loulé) relaciona-se com o seu grau de dedicação às actividades agrícolas promovidas nas respectivas explorações. Os elementos das famílias agrícolas (produtores incluídos) que se dedicam a tempo integral às suas explorações rodam, no Algarve, apenas 9% do total (8% em Loulé).

Marcante é, porém, a tendência para a monoactividade na agricultura, em regime de tempo parcial. Na região do Algarve, 48% da população agrícola familiar (idêntica percentagem para o concelho de Loulé) declarou, também em 1989, que, embora não tivesse outra profissão, se dedicava parcialmente à agricultura.

---

<sup>3</sup> - O Recenseamento da População, de 1991, registou, para o Algarve, uma população activa de 19 340 pessoas no sector primário (agricultura, silvicultura e pescas).

Restringindo a análise apenas aos produtores agrícolas, a situação agrava-se ligeiramente. Mais de 50% dos agricultores algarvios (semelhante valor para Loulé) estão naquela situação.

Esta característica estrutural, resultante de uma forte expressão de agricultores monoactivos a tempo parcial, manifesta-se em todos os países comunitários da Europa do Sul<sup>4</sup>. Nestes países, os produtores que se encontram naquela situação atingem 55% do total, o que contrasta com os valores moderados encontrados para os países da Europa do Norte inseridos na CEE<sup>5</sup> (19%).

Este grupo é maioritariamente participado por uma larga franja de inactivos, idosos, reformados, mesclados com alguns elementos que, voluntaria ou compulsivamente, se retiraram da chamada vida activa e que praticam agricultura na dupla medida em que, primeiro, se autoabastecem (para eles e para as respectivas famílias) de alimentos e, subsidiariamente, produzem alguns bens para venda e, segundo, evitam a inactividade psicossomática, de consequências vitais imprevisíveis.

Para além disso, o forte sentimento de ligação dessas gerações à terra quase que obriga a uma acção metódica e persistente no sentido de manter a produção de alimentos, de garantir a manutenção da fertilidade da terra e de evitar o seu abandono.

Porém, a inserção deste grupo maioritariamente idoso e profissionalmente descomprometido, introduz profundas distorções no perfil do que se vulgarizou ser produtor agrícola. Os recenseamentos agrícolas, orientados primordialmente para o levantamento das variáveis físicas relacionadas com o aproveitamento do solo, pouco avançam na "separação de águas" no seio dos agricultores, defendendo a existência de uma categoria única, os produtores, e não evidenciando as diferentes situações, profissionais e semi-profissionais, que se estabelecem no domínio da produção agrícola. Foram apreciadas algumas das variáveis demográficas que definem a população agrícola familiar (produtores e restantes elementos), baseadas em determinadas unidades territoriais do concelho de Loulé e comparando diferentes instrumentos estatísticos. Procurou-se sublinhar que, de acordo com algumas dessas variáveis e no âmbito da população agrícola familiar, a sua heterogeneidade é enorme e que, nomeadamente, a dimensão das famílias, a idade e o nível de

<sup>4</sup> - Espanha, Grécia, Itália e Portugal.

<sup>5</sup> - Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Irlanda, Luxemburgo e Reino Unido.

escolaridade não se apresentam tão dramáticas, quando se considera apenas o núcleo de agricultores profissionalmente comprometido com a actividade.

O padrão de especialização territorial, no que respeita às actividades agrícolas, tem vindo a alterar-se nos últimos decénios, contribuindo para agravar as diferenciações inter-regionais.

No Litoral promoveu-se o investimento nos sub-sectoros hortícola e dos frutos frescos (principalmente no pomar de citrinos). Os produtores monoactivos reduzem-se aqui a uma posição minoritária, o que não é acompanhado pelos cônjuges e pelos outros familiares que, embora em número reduzido, se dedicam quase exclusivamente à agricultura.

No Barrocal, o conflito entre a agricultura e as outras actividades consumidoras de espaço físico tem sido moderado, não obstante as expectativas que foram criadas, até recentemente, em redor de potenciais reconversões do uso do solo, principalmente com fins urbanísticos e turísticos. Os produtores são maioritariamente monoactivos (ainda que muitos deles em regime de tempo parcial). Os conjuges atingem, nesta área, os valores mais elevados de pluriactividade, ainda que possam desenvolver as actividades não agrícolas em estabelecimentos localizados no Litoral.

Situação semelhante se passa na Beira-Serra e nas áreas contíguas do Barrocal. A proximidade do emprego oferecido no Litoral atrai, ainda, um número significativo de elementos provenientes das famílias agrícolas, nomeadamente os cônjuges e outros familiares. À medida que a localização das explorações se afasta do Litoral, aumenta a expressão dos produtores monoactivos. Porém, e como já se referiu, apenas uma pequena parte destes se dedica a tempo integral à terra.

Na Serra, a monoactividade prevalece em todas as categorias da população agrícola familiar. As consideráveis distâncias ao Litoral, agravadas por dificuldades de acessibilidade, restringem os potenciais movimentos pendulares diários que outra estrutura viária seguramente provocaria.

Os diferentes projectos familiares vão adquirindo contornos bem precisos, como resultado não só das características biofísicas que

condicionam a produção agrícola, como também do enquadramento sócio-institucional e das relações mercantis preferenciais.

Este é, aliás, o quadro básico que define os diferentes intervenientes na produção agrícola. Profissionais a tempo inteiro, produtores que partilham, sazonal ou permanentemente, a actividade agrícola com outras actividades, e, ainda, população idosa, reformada ou semi-profissionalizada que produz fundamentalmente para consumo próprio ou para complementar os rendimentos auferidos de outras fontes. Projectos diversos que exigem abordagens diferenciadas e políticas adequadas.

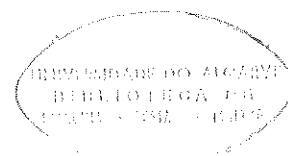
Reconhecendo que o futuro do mundo rural irá depender da capacidade de manutenção e de atracção que manifestar, haverá que estabelecer políticas apropriadas no sentido de garantir níveis de povoamento que evitem graves perturbações nos respectivos equilíbrios territoriais.

### 7.3 UMA RACIONALIDADE QUESTIONADA

Procedeu-se à discussão da racionalidade de funcionamento das explorações agrícolas de base familiar no chamado mundo desenvolvido. Algumas das perspectivas teóricas actuais foram apreciadas criticamente.

A reprodução social deste tipo de unidades de produção está condicionada pelos mecanismos sociais, económicos e institucionais que regulam a actual sociedade. Porém, não se pode negar alguma margem de manobra que permite a procura de soluções específicas (Marsden, 1990), ajustadas às respectivas estratégias familiares e aos meios disponíveis (humanos, tecnológicos e financeiros). O padrão de desenvolvimento não é único e a capacidade de resiliência do complexo família-exploração abre caminho a soluções variadas, muitas delas praticadas de acordo com lógicas paralelas, frequentemente contrárias a pretensos comportamentos formalmente soberanos ou socialmente determinados.

Recorrendo a Friedmann (1978, 1980 e 1986b) e tendo presente o debate gerado, nos anos 80, em torno da pequena produção mercantil, sublinhou-se a perspectiva de que, na convergência da unidade de



produção com a formação social, se desenvolvem diferentes formas de produção. Estas definem-se através de condições particulares de reprodução, de decomposição ou de transformação, suscitando um domínio específico de análise que engloba a generalidade das estruturas familiares que assumem também, para além do consumo, funções de produção.

A evolução daquelas estruturas permite definir, para as explorações agrícolas de base familiar, um padrão de reprodução misto, reflectindo a diversidade de modalidades organizativas que podem assumir, assim como os diferentes graus de dependência e vulnerabilidade que estabelecem com os mecanismos envolventes, nomeadamente com o mercado.

Foi neste quadro que se fez uma longa referência à pluriactividade, como estratégia dominante de um número significativo de famílias agrícolas. Os panoramas existentes em alguns países, nomeadamente nos Estados Unidos, em França e na Holanda foram referidos, tendo em atenção que a pluriactividade deve ser definida em função de dois critérios básicos: tempo dedicado às actividades exteriores à exploração e rendimento proporcionado por essas mesmas actividades, podendo afectar não só o agricultor, como também os restantes elementos da família. O predomínio de situações mistas traduz a integração social das famílias agrícolas, o abandono por parte de um número crescente de elementos da população agrícola familiar do regime de exclusividade no que respeita à actividade agrícola e a multiplicação das relações sociais e contratuais com os restantes domínios de actividade da sociedade.

#### 7.4 EXPLORAÇÕES COM DIFERENTES LÓGICAS DE DESENVOLVIMENTO

A aplicação de um mesmo quadro conceptual capaz de traduzir e de explicitar diferentes lógicas de desenvolvimento foi avançada para alguns casos do concelho de Loulé. As explorações seleccionadas correspondem a diferentes orientações técnico-económicas da região algarvia e cobrem as principais opções produtivas regionais. Estão localizadas na Serra, Beira-Serra, Barrocal e Litoral.

A gestão corrente destas explorações foi avaliada na perspectiva dos recursos territoriais (sem e com a intervenção dos principais mecanismos estatais) e dos interesses das famílias que as suportam.

Foram analisados a Produção Bruta, a Produção Final, a estrutura do Consumo Intermédio e alguns indicadores relacionados com o VAB. O aspecto mais significativo terá sido a quantificação da parte do Consumo Intermédio que é produzido na própria exploração, no ano de referência (Produção Intermédia) e/ou em anos anteriores (Existências). A exploração da Serra é aquela que regista um valor daquele indicador mais elevado. Nos anos em análise, mais de 50% daquilo que esta exploração consumiu, teve origem no próprio processo produtivo. Em contrapartida, as explorações do Litoral adquiriram no mercado a totalidade do Consumo Intermédio que utilizaram.

Complementarmente, a taxa de integração avaliou a parte da Produção Bruta que será, posteriormente, utilizada na exploração ou consumida pela família. As explorações do interior (Serra, Beira-Serra e Barrocal) acusam, neste domínio, valores significativos, que vão desde 25% a 50% da respectiva Produção Bruta. No Litoral, essa parcela é perfeitamente marginal.

Estabeleceu-se entretanto, como hipótese, a permissa de que seria possível atribuir um valor monetário a todo o trabalho utilizado na exploração, quer fosse assalariado, quer tivesse origem nos membros da família. Esta simplificação passava por imputar ao trabalho familiar uma remuneração semelhante à praticada no respectivo mercado de trabalho. Nesta simulação, calcularam-se os excedentes gerados no final dos ciclos anuais agrícolas, os quais são atribuíveis apenas ao capital fundiário e ao capital de exploração fixo, ou seja, aos recursos territoriais comprometidos na exploração. Como resultado, as Margens Líquidas e os Excedentes Líquidos de Exploração atingem valores elevados nas explorações do Litoral e relativamente baixos, ou mesmo negativos, nas explorações do interior.

A inclusão de uma retribuição monetária imputada ao trabalho familiar foi determinante no apuramento destes resultados, muito embora se tenha discutido a falta de exequibilidade deste procedimento. A valorização do trabalho familiar com critérios semelhantes à do trabalho assalariado, tal como foi considerado neste apartado, enferma de um vício de fundo, uma vez que a maleabilidade e a elasticidade do trabalho

familiar dificultam ou tornam impossível a sua comparação, em termos de tempo de dedicação, com o trabalho assalariado.

O balanço do capital envolvido nas explorações permitiu não só analisar a estrutura do capital total (a terra aparece com maior valor de mercado no Litoral do que no interior), como também determinar a rendibilidade real do capital mobilizado nas explorações estudadas. Baixas rendibilidades permitem, contudo, confirmar que muitos agricultores "vivem pobres e morrem ricos" (Delpeuch, 1993).

Foram calculados indicadores relacionados com o capital, os quais permitem detectar algumas rendibilidades destes sistemas agrários. Realce deve ser dado à exploração do Barrocal, onde o volume de capital necessário para a obtenção de uma unidade de Produção Bruta é o maior das explorações agrícolas estudadas (cerca de 25 vezes superior ao da Serra). Conjugado este indicador com outros analisados, nomeadamente a variação brutal no volume de trabalho necessário ao longo do ano, retiveram-se indicações indiciadoras da decrepitude dos sistemas que se dedicam fundamentalmente à arboricultura tradicional.

A determinação do rendimento disponível das famílias resultou, finalmente, da associação do excedente proveniente da actividade agrícola com outros rendimentos, quer tenham origem no trabalho (exterior à exploração), na propriedade ou em transferências de carácter social que beneficiam as famílias.

A localização das explorações e a sua maior ou menor integração social condicionam decisivamente os respectivos orçamentos. No interior (Beira-Serra e Serra) os rendimentos provenientes da exploração agrícola são a principal componente do rendimento disponível das famílias, a que se associam frequentemente as pensões de reforma e velhice. No Barrocal, e para as explorações que se mantiveram com opções culturais predominantemente baseadas na arboricultura tradicional, o excedente da exploração é, normalmente, baixo. No caso particular que se acompanhou, bastou que um dos membros da família tivesse outra actividade, geradora ela própria de um rendimento médio, para desequilibrar de imediato a estrutura da origem de rendimentos da família e superar mesmo o rendimento gerado pelos vários elementos que conservam a actividade na agricultura. No Litoral, as situações particulares multiplicam-se, devido à possibilidade de explorar distintos

segmentos de actividades e de iniciativas, elas próprias geradoras de rendimentos acrescidos.

## 7.5 REFLEXÕES FINAIS

A inserção sócio-económica das famílias agrícolas tem sido a chave para a manutenção de um número significativo de explorações agrícolas. A permanência de certas estruturas e opções produtivas insere-se nos mecanismos de equilíbrio dos orçamentos familiares e na tradição que a ligação à terra impõe, nomeadamente em termos de prestígio social local.

O balanço em redor das explorações agrícolas estudadas permite sublinhar a dependência que estes sistemas agrários manifestam relativamente ao meio envolvente. A criação e manutenção de um observatório regional e local que permitisse acompanhar a evolução dos sistemas agrários possibilitaria a definição de percursos preferenciais e a definição das políticas de desenvolvimento de incidência local.

A agricultura tem, então, de ser encarada como uma actividade económica que, para conservar a sua função fundamental de produção de alimentos, terá de beneficiar de fortes enquadramentos institucionais, infraestruturais e económicos, aliás à semelhança do que se passa com muitos outros sectores da actividade económica. A dificuldade, reconhece-se, é todavia maior, devido a tratar-se de uma actividade dispersa, espacialmente distribuída e, muitas vezes, estruturalmente bloqueada. Pelo contrário, as actividades não agrícolas podem definir as suas próprias preferências, em matéria de localização, procurando beneficiar da proximidade dos factores considerados como determinantes nos respectivos processos produtivos.

Por este motivo, o desenvolvimento da agricultura e a manutenção das explorações agrícolas estão dependentes do desenvolvimento do meio rural no seu conjunto. A inexistência, no mundo rural, de certas funções sociais, económicas e de serviço público dificulta e, nalguns casos, impede, a manutenção da actividade agrícola. Sem alternativas de trabalho para os membros dos agregados familiares que pretendam seguir outro rumo profissional, sem o acesso facilitado a opções sociais e educativas imprescindíveis nas sociedades actuais (educação, saúde, cultura, etc.), sem possibilidade de, muitas vezes, recorrer ao mercado

consumidor, sem infra-estruturas no domínio da habitabilidade e da acessibilidade, está-se a comprometer o futuro da população rural e, particularmente, da população agrícola.

A perspectiva não poderá ser sectorial, especificamente no domínio das estruturas agrárias. Na malha das relações tecidas em redor das explorações agrícolas, os impulsos fortes deverão ser orientados para o que se poderia denominar como uma externalização das funções tradicionalmente concentradas nos aglomerados urbanos.

O futuro das regiões rurais e, por arrasto, das explorações agrícolas aí sediadas, irá depender da dinamização local de actividades não agrícolas, da vontade e capacidade dos empreendedores locais, dos jogos de força endógenos e exógenos (Kayser, 1992), apostando claramente na criação de condições estruturais que abram caminho a novas iniciativas que preparem novas realidades.